



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RECLAMAÇÃO Nº 42032 - MG (2021/0214901-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECLAMANTE** : LETICIA LIMA  
**RECLAMANTE** : RUBENS LIMA NETO  
**ADVOGADOS** : JOSÉ DONIZETTI GONÇALVES - MG053216  
CELY CRISTINA COSTA E SILVA ALVES E OUTRO(S) -  
MG067957  
RAFAEL SOARES GONCALVES - MG147056  
**RECLAMADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**INTERES.** : TRANSPORTADORA BATISTA DUARTE LTDA  
**ADVOGADOS** : CATIA GRACIELE GONÇALVES FERRARI E OUTRO(S) -  
PR040110  
KATIA CLEIA RIEGER BIAZUS - PR038401  
RAYANA MONIQUE FREITAS - PR092114

### **DECISÃO**

Cuida-se de reclamação ajuizada por LETICIA LIMA, RUBENS LIMA NETO, com pedido de liminar, contra acórdão de TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS em que se alega divergência de entendimento com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça.

A reclamação prevista no art. 105, I, f, da Constituição Federal é garantia constitucional destinada à preservação da competência do Superior Tribunal de Justiça ou para garantir a autoridade de suas decisões em caso de descumprimento ou de cumprimento em desacordo com os limites do julgado aqui proferido.

Contudo, o pleito não se enquadra em nenhuma das hipóteses de cabimento de reclamação, uma vez que inexistente decisão desta Corte proferida no caso concreto e sendo descumprida.

A reclamação constitucional não é a via adequada para preservar a jurisprudência do STJ, mesmo que firmada em recurso repetitivo, mas sim a autoridade de suas decisões tomadas no próprio caso concreto (AgRg na Rcl 25.299/SP, Relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, DJe de 4/12/2015); a reclamação constitucional

não é instrumento útil para adequar os julgados do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, mesmo que proferidos em recurso repetitivo. Tal procedimento se destina a fazer cumprir decisão proferida em caso concreto que envolva as partes postas no litígio do qual oriundo a reclamação (AgRg na Rcl n. 22.505/SP, Segunda Seção, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 15/4/2015).

Assim, inexistindo acórdão do Superior Tribunal de Justiça no caso concreto envolvendo as mesmas partes ora em litígio, não há falar em admissibilidade da reclamação em análise por ausência de pressuposto formal da ação.

Ante o exposto, indefiro liminarmente a reclamação.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente